

Exmo. Senhor Presidente  
da Comissão Parlamentar de Saúde  
Deputado António Maló de Abreu

S. Bento, 27 de setembro de 2023

**Assunto:** Audição do Sindicato dos Médicos Dentistas (SMD) e da Associação Portuguesa dos Médicos Dentistas dos Serviços Públicos (APOMED-SP) sobre a situação da medicina dentária no SNS e no país

O acesso à saúde oral e à medicina dentária é um problema crónico em Portugal. A sua não inclusão inicial no Serviço Nacional de Saúde e a forma como a oferta pública se mantém residual tem feito com que esta área da saúde esteja completamente deixada à dinâmica do mercado. O que aqui se vê é que quando é o mercado a fazer políticas de saúde, nem os cidadãos têm acesso à saúde, nem os trabalhadores têm acesso a mínimas condições de sobrevivência.

É isso mesmo que está a acontecer na área da medicina dentária em Portugal. Apesar de termos um rácio de 1 médico dentista por 846 cidadãos (bem acima dos 1500-2000 recomendados pela Organização Mundial de Saúde), a verdade é que a população continua com enormes dificuldades de acesso a serviços de saúde oral e, em particular, de medicina dentária.

Por exemplo, o Barómetro da Saúde Oral 2022, revela que apenas 32% das portuguesas e portugueses têm a dentição completa e que mais de 21% tem falta de mais de 6 dentes. Das pessoas com falta de dentes naturais, quase metade (48,1%) não tem nenhum tipo de substituição. Em 2022, quase 20% dos entrevistados disseram só ir ao dentista em situação de urgência e 5% afirmaram nunca ir ao dentista. Esta percentagem sobre

consideravelmente se olharmos para os estratos com menores rendimentos. Aí, 13% dizem nunca ter ido ao dentista. De facto, a barreira económica é a mais evidente. Das pessoas que disseram nunca ir ao dentista ou ir menos de 1 vez por ano, 29,5% disseram não o fazer por não ter dinheiro.

Ou seja, apesar do elevado rácio de dentistas na população, o acesso à medicina dentária continua a ser reduzido e a barreira económica é significativa. A razão é a prestação de serviço de medicina dentário no SNS que continua a ser residual. Sem um serviço saúde oral e de medicina dentária que seja universal e gratuito, ou seja, através do SNS, esta situação não se inverterá e persistirão enormes desigualdades sociais.

Por outro lado, os médicos dentistas estão hoje confrontados com situações de exploração e de empobrecimento que são intoleráveis.

O Governo, que tem optado por fazer poucas contratações de dentistas a recibos verdes em vez de criar a mais do que necessária carreira do médico dentista, é uma das causas da precarização em curso. Não é a única: os cartões e planos de saúde, desregulados e predadores, colocam dentistas e outros profissionais a trabalhar por pouquíssimos euros por hora, em alguns casos a fazer *check-ups* dentários ou a consultas de graça.

Um estudo dos Jovens Médicos Dentistas revela que cerca de 50% dos jovens dentistas a exercer em Portugal tem um vencimento de até 1000€ e que 70% trabalham 8 ou mais horas por dia (22% trabalha mais de 10h por dia).

Estes dados mostram a degradação das condições de trabalho e de vida destes profissionais de saúde, ao mesmo tempo que mostram a necessidade de aumentar, por via do SNS, o acesso da população à saúde oral.

*Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição do Sindicato dos Médicos Dentistas (SMD) e da Associação Portuguesa dos Médicos Dentistas dos Serviços Públicos (APOMED-SP) sobre a situação da medicina dentária no SNS e no país.*

A Deputada do Bloco de Esquerda,  
Isabel Pires